

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL DE CLASSE: O ENGAJAMENTO DO SISTEMA
CFC/CRCs NO VOLUNTARIADO A PARTIR DA ANÁLISE DOS PROJETOS
INSTITUCIONAIS**

Franklin de Almeida Carl

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação da Prof.^a Ana Tércia Rodrigues.

**Porto Alegre
2012**

FRANKLIN DE ALMEIDA CARL

**RESPONSABILIDADE SOCIAL DE CLASSE: O ENGAJAMENTO DO SISTEMA
CFC/CRCs NO VOLUNTARIADO A PARTIR DA ANÁLISE DOS PROJETOS
INSTITUCIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado
para obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Aprovado em _____ de _____ de _____

Orientadora: Ana Tércia Rodrigues

Professor:
Banca Examinadora

Professor:
Banca Examinadora

**Porto Alegre
2012**

RESUMO

O presente estudo tem como propósito caracterizar o Programa de Voluntariado da Classe Contábil demonstrando como esses profissionais podem contribuir com o desenvolvimento social, utilizando conhecimentos técnicos, para além das atividades rotineiras exercidas, através do voluntariado organizado da classe. O perfil dos profissionais da contabilidade passa por transformações significativas atualmente. O envolvimento com áreas antes dominadas por outras profissões até a inserção em temas como o meio ambiente e a responsabilidade social levam o profissional contábil ao processo de constante adaptação. Devido à ligação com temas como controle e avaliação, esses profissionais possuem habilidades ímpares para as mais diversas atividades laborais. Para atingir os objetivos propostos, foi desenvolvida pesquisa descritiva com procedimentos de pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Os resultados demonstraram que é possível utilizar os conhecimentos profissionais dos contabilistas na execução do trabalho voluntário e que as consequências dessa atividade impactam na vida da entidade, as pessoas que recebem o produto do trabalho, bem como na vida da classe contábil como um todo.

Palavras-chave: Voluntariado. Responsabilidade Social. Conselho de classe. Contabilistas.

ABSTRACT

The present study aims to characterize the Volunteer Program of Accounting Class demonstrating how these professionals can contribute to social development, using technical knowledge beyond the routine activities carried out through organized volunteering in class. The profile of accounting professionals currently undergoes significant transformations. The involvement in areas previously dominated by other professions to insertion on issues like the environment and social responsibility accounting professional to lead the process of constant adaptation. Because of the connection with topics such as control and evaluation, these professionals have unique skills for a variety of work activities. To achieve the proposed objectives, was developed with descriptive literature procedures with qualitative approach. The results showed that it is possible to utilize the professional expertise of accountants in the implementation of voluntary work and the consequences of this activity impacts the life of the entity, the people receiving the work product as well as the life of the accounting class as a whole.

Keywords : Volunteering. Social Responsibility. Board class. Accountants.

1 INTRODUÇÃO

As responsabilidades coletivas nunca foram tão debatidas e assumidas como na atualidade. O afastamento do Estado como principal provedor do bem-estar social, transformando-o em regulador e gestor, com a implantação de medidas liberais na segunda metade do século XX, fez aprofundar as crises sociais existentes. A crise econômica e social vivida pelo mundo há décadas criou um ambiente fértil para que novas oportunidades e soluções fossem criadas. O avanço do processo democrático em diversos países possibilita a conjunção de ideias e ideais norteadores de uma sociedade mais justa e igualitária que consiga atender às demandas urgentes, dando ao cidadão maior participação ativa. É notória a necessidade da busca constante por atitudes que resultem em melhores condições de vida, visto que os governos, somente, não são suficientes na equalização dos problemas postos. Por isso, as organizações sociais têm buscado respostas e soluções para os problemas enfrentados pelas comunidades nas quais estão inseridas.

O fluxo de capitais movimenta-se intensamente na busca por novos mercados produtores e consumidores. A contabilidade insere-se nesse contexto como ciência capaz de contribuir com o desenvolvimento social à medida que contribui para a prosperidade das organizações, sejam elas públicas ou privadas, tratando das riquezas por elas criadas. A partir da complexa teia de relações globalizadas a contabilidade vê-se obrigada a ampliar a visão da sua atuação nas instituições para além dos aspectos internos e periféricos, mas também para fatores externos, como as condições sociais do meio onde está inserida, bem como para as movimentações dos mercados. Nesse sentido Lopes de Sá (2008, p.57) observa:

A abertura dos mercados, na dita globalização, dilatou, ainda mais, tal necessidade e admitimos que hoje seja deveras imprescindível em uma fase em que o mundo passa por um processo de integração de mercados [...] e concorrências cada vez mais acirradas. Como uma empresa, na atualidade, já não pode isolar-se do todo social ao qual pertence, isto, também, força-nos aos estudos de seu patrimônio sob uma visão aberta, genérica, holística.

Por outro lado está em andamento uma grande mudança no papel do cidadão no seu relacionamento com o Estado e com as demais instituições. No Brasil, a partir da promulgação da constituição Federal de 1988, diversos mecanismos de participação e controle foram incluídos na pauta nacional. De acordo com Filho (2006) o processo de emergência da sociedade civil é elemento essencial para a compreensão das mudanças no tipo de conduta das organizações no seu ambiente.

Em relação às organizações, duas correntes de pensamento divergem em relação à conduta que essas devem adquirir em suas ações. A primeira, notadamente conhecida como visão clássica, cujo principal representante está o prêmio Nobel em economia Milton Friedman, sugere que a gestão das organizações deve estar, sobretudo, em busca de remunerar o acionista. Nesse entendimento, argumenta que os administradores não devem considerar, em suas decisões diárias, questões de cunho social. Para Friedman (1984), o mercado em um funcionamento ideal promoverá o bem-estar geral, advogando, dessa maneira, em favor da liberdade individual das pessoas. Em sua visão liberal sobre a ética, entende que as organizações não devem ser responsáveis por solucionar problemas individuais, pois isso caberia a cada um.

Não obstante, a segunda teoria do também Nobel em economia Amartya Sen faz críticas ao conceito da racionalidade maximizadora dos liberais, argumentando que é irracional pensar que somente o pensamento individualista será capaz de trazer benefícios às organizações (Filho, 2006). Assim, entende que as atividades de negócios fazem parte de um conjunto muito mais amplo de fatores determinantes cujos resultados podem ser maximizados através de medidas externas à entidade. Mesmo que o resultado não seja imediato, no longo prazo ações de interferência social podem fazer com que todo o meio seja beneficiado.

O Estado deve prestar contas de sua atuação e desempenho visto que sua existência tem o sentido de atender às necessidades individuais e coletivas dos cidadãos. Por sua vez, a empresa também presta contas da sua atuação, não só por exigência legal, como é o caso das demonstrações contábeis obrigatórias, mas também através de publicações e procedimentos de transparência exigidos pelo mercado, cumprindo com normas e preceitos desregulamentados, ou seja, não obrigatórios, mas que se tornaram uma exigência do mercado (NETO; FROES, 2005). Assim como a empresa, os conselhos profissionais se utilizam de recursos provenientes da sociedade, utilizando-se da organização do Estado para sua própria organização e atuação.

Nesse contexto, está amplamente difundido no mercado o conceito de responsabilidade social e ambiental, o qual se refere às decisões tomadas com base em valores éticos que agregam as dimensões legais, o respeito pelas pessoas, comunidades e meio ambiente, conforme o Business For Social Responsibility – BSR, principal entidade mundial na área de responsabilidade social. Filho (2006) argumenta que não existe definição unicamente aceita para responsabilidade social, porém salienta para o fato de que, muitas vezes, confunde-se com ações sociais, no sentido filantrópico, o que representa um equívoco. As implicações que estas práticas podem trazer para todas as partes envolvidas são sentidas

pelas organizações de vanguarda nesse quesito. Para além da propaganda institucional, a responsabilidade social deve ser um imperativo moral e ético do tomador de decisão do presente e do futuro.

Para Dias (2012, p.20) “a Responsabilidade Social é um conjunto de ideias e práticas da organização que fazem parte de sua estratégia e que tem como objetivo evitar prejuízos e/ou gerar benefícios para todas as partes interessadas (stakeholders) [...]”. Corroborando com essa visão o texto da ISO 26000, a norma de responsabilidade social, define que responsabilidade social (ISO, 2009) “é a responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de comportamento transparente e ético”.

No ensinamento de Filho (2006) os *stakeholders* são partes, direta ou indiretamente interessadas, que afetam as instituições ou por elas são afetadas incluindo funcionários, fornecedores, clientes, consumidores, investidores, comunidades, governos, entre outros. Essa capacidade de atuação intra e extraorganizacional possibilita aos grupos agir ativamente contra ameaças que causem danos aos seus interesses comuns, bem como gerar estratégias preventivas que sejam de interesse de diversos grupos.

Os empregados ligados às empresas, bem como os profissionais liberais atuantes em suas respectivas áreas, promovem a prática dos conhecimentos adquiridos na academia, adequando às peculiaridades de cada ambiente. Assim, a capacidade da sociedade civil em agir em prol de atitudes sustentáveis é respaldada com conhecimentos teórico-científicos. As profissões significam um caminho instrumental para a solução de conflitos de ordem técnica resultantes da própria essência do amadurecimento social humano. Entretanto, algumas atividades profissionais, para serem exercidas, necessitam de previa capacitação e regulamentação. Nesse sentido, os conselhos profissionais atuam na mediação entre os profissionais e a sociedade na medida em que zelam pelos direitos e deveres dos seus representados, garantindo as prerrogativas profissionais e uma prestação de serviços de qualidade para a sociedade. Nesse ínterim, o Conselho Federal de Contabilidade, bem como os Conselhos Regionais de Contabilidade formam um sistema que possui as atribuições de fiscalizar, normatizar, registrar, dentre atribuições ligadas aos profissionais e organizações da contabilidade.

O profissional contábil figura como peça chave nas relações capitalistas da contemporaneidade e, assim, sendo um dos principais detentores de informações econômico-financeiras que subsidiam o processo decisório. Para tanto, o desempenho das atividades de maneira ética e comprometida torna-se um requisito básico para esses profissionais. Para

Fortes (2005, p. 163) “agir com ética é um dever elementar [...], para os profissionais que militam na contabilidade, pois além do caráter moral, seus atos têm implicações diretas sobre o patrimônio de terceiros”. A busca constante pela maximização do lucro, perseguida pelos gestores, *a priori*, de modo a satisfazer a expectativa do investidor, deve ser conciliada com ações que agreguem valor à empresa através de estratégias comprometidas socialmente. Para Franco (1999, p. 18) “a contabilidade não pode se furtar à tarefa de enfrentar os grandes desafios do novo século, pois é ela responsável por serviços que auxiliam no desenvolvimento de empresas e nações”.

Nessa conjuntura, o Conselho Federal de Contabilidade - CFC propôs, no 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado na cidade de Gramado/RS em 2008, a criação de um comitê organizador do Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC), fruto de um compromisso da classe com a sociedade brasileira, concretizado por meio do comprometimento com o então presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. A partir desse ponto, o PVCC passou a compor o plano de metas estratégicas do CFC, alinhado com sua missão, buscando inserir profissionais da contabilidade em ações de voluntariado organizado para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2 PROBLEMA

A partir da criação do programa PVCC o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais passaram a desenvolver projetos institucionais que pudessem sensibilizar os contabilistas sobre a importância das ações de voluntariado. O foco principal foi agregar os conhecimentos profissionais através do voluntariado, registrando, mensurando e avaliando as ações desenvolvidas. Assim, com este estudo pretende-se responder ao seguinte questionamento:

Como os profissionais da contabilidade podem auxiliar no desenvolvimento social, utilizando conhecimentos técnico-profissionais, para além das atividades rotineiras exercidas, através do exercício do voluntariado organizado de classe?

3 JUSTIFICATIVA

Ações coletivas de empenho em prol de causas sociais viabilizam a conscientização da sociedade para problemas de responsabilidade de todos. Para Amartya Sen (2010, p.359) “como pessoas que vivem juntas, não podemos escapar à noção de que os acontecimentos terríveis que vemos à nossa volta são essencialmente problemas nossos”. O crescimento das desigualdades sociais e o aumento da concentração de renda, fruto do atual modo de produção das economias capitalistas abertas, exigem uma ação comunitária presente e consciente de suas obrigações, de modo que a construção colaborativa de soluções contribua para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

O PVCC pode ser entendido como resultado legítimo desse exercício da cidadania participativa, pois não se trata de uma ação de governo, mas sim, da resposta de uma classe profissional para os anseios sociais. A contabilidade, como ciência responsável e que estuda o patrimônio de riqueza das instituições, tem uma responsabilidade ainda maior do que outras profissões, pois é através dela que mensuramos e controlamos todos os recursos que, de alguma forma, voltarão a ser aplicados na sociedade. O profissional contábil, pelas peculiaridades de sua formação, detém valiosos conhecimentos técnicos, sociais e políticos (PVCC, 2010), para colocar a disposição da comunidade em projetos de natureza socioambiental. O sistema CFC/CRCs como agente catalisador desse benevolente projeto, alinha a classe contábil em um tema fundamental para a sustentabilidade dos negócios e o entendimento global das circunstâncias em que estão inseridos. A importância dessa discussão está na própria formação dos contabilistas, que devem estar cientes da sua real importância e das dimensões que a atuação profissional pode alcançar na sociedade, já que são os profissionais responsáveis pelo controle dos bens públicos e privados.

Considerando o interesse em contribuir para o desenvolvimento da classe contábil e com a conscientização da sociedade para a importância do envolvimento das categorias profissionais, o presente trabalho mostra-se relevante ao passo que descreve o surgimento e o funcionamento de um projeto de responsabilidade social inédito entre os órgãos de registro e de fiscalização profissionais no Brasil. Qualquer classe profissional que almeje atingir ou manter-se na memória da sociedade como um relevante grupo de prestígio deve estar em sintonia com as novas demandas atinentes às necessidades coletivas.

4 OBJETIVOS

O presente estudo tem os seguintes objetivos:

4.1 OBJETIVO GERAL

Este estudo visa caracterizar o engajamento da classe contábil no processo de voluntariado através da análise dos projetos institucionais desenvolvidos no PVCC. Os projetos desenvolvidos são:

- a) a Gestão Eficiente da Merenda Escolar;
- b) Assistência a Organizações da Sociedade Civil,
- c) Mobilização Social para Doações ao Funcionário,
- d) Rede Nacional de Cidadania Fiscal,
- e) Ações Localizadas de Voluntariado em Políticas Sociais e Comunitárias,
- f) Ações de Sustentabilidade Social e Ambiental e o
- g) DOAR - Direção do Orçamento na Aplicação dos Recursos.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os programas institucionais de voluntariado desenvolvidos pelo PVCC;
- Apurar o nível de participação e adesão dos contadores ao programa;
- Identificar oportunidades e desafios à execução e manutenção do projeto;
- Analisar os procedimentos e conhecimentos contábeis utilizados pelos voluntários, bem como experiência adquirida no trabalho;

5 METODOLOGIA

No que se refere aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva e, quanto aos procedimentos, como pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Na concepção de Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Na visão de Beuren *et al* (2008) é notória a importância da pesquisa descritiva em contabilidade para elucidar determinadas características inerentes a ela.

6 PROJETOS INSTITUCIONAIS

O programa PVCC é de abrangência nacional, desenvolvido pelo CFC em parceria com os Conselhos Regionais de Contabilidade, bem como com Organizações Não Governamentais - ONGs atuantes neste setor. Os objetivos deste programa estão fundamentados em princípios e valores como cidadania, ética profissional, solidariedade e transparência, conforme a Comissão de Gestão do PVCC (2010). Ainda de acordo com a mesma comissão, o CFC disponibiliza os recursos de pessoal e tecnologia da informação necessários para a gestão do programa.

6.1 GESTÃO EFICIENTE DA MERENDA ESCOLAR

Desenvolvido em parceria com a ONG Ação Fome zero, este projeto tem por objetivo apoiar os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) em municípios e estados de todo o país, destacando um profissional de contabilidade em cada município para auxiliar na execução da sua tarefa de fiscalizar as contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos municípios e estados, por meio dos seus Conselhos Regionais.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi implantando em 1955 com objetivo de garantir as necessidades nutricionais dos alunos matriculados em escolas da rede pública, de modo a contribuir com a aprendizagem, desenvolvimento escolar e permanência em sala de aula. Para tanto, a União repassa recursos financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE – diretamente a estados e municípios, com base no censo escolar do ano anterior ao repasse. Além dos CAEs, fiscalizam a aplicação dos recursos, o Tribunal de Contas da União, o Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação, a Secretaria Federal de Controle Interno e o Ministério público.

Os CAEs são órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, cuja competência principal é acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar. As transferências fiscalizadas pelos CAEs são realizadas de maneira automática, não sendo necessária a formalização de convênio ou acordo com o ente. Desse modo, o auxílio do PVCC aos CAEs torna-se fundamental, já que é o contador o profissional indicado para análise de demonstrativos financeiros. Práticas de transparência e controle social são fundamentais para que recursos públicos recebam a

destinação correta. Cada CAE é formado por sete representantes, sendo um do executivo, dois dos professores ou trabalhadores na área da educação, dois representantes dos pais de alunos e dois representantes da sociedade civil, conforme Lei 11.947 de 2009 que dispõe “sobre o atendimento da alimentação e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos de educação básica e dá outras providências”.

O CAE que não atue efetivamente na fiscalização, devido à falta de conhecimento, estará sujeito a permitir que ocorram distorções ou fraudes na aplicação dos recursos destinados ao programa, impedindo, assim, que milhares de crianças sejam beneficiadas. Da análise da tabela 1, tabela estatística do volume de recursos aplicados no programa, observa-se o constante aumento dos recursos destinados, o que requer constante ação dos conselhos.

TABELA 1 - Estatística do volume de recursos aplicados no programa Nacional de Alimentação Escola

Ano	Recursos financeiros (em milhões de R\$)	Alunos atendidos (em milhões)
2006	1.500	36,3
2007	1.520	35,7
2008	1.490	34,6
2009	2.013	47
2010	3.034	45,6

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, disponível em www.fnnde.gov.br/index.php/ae-dados-estatisticos. Acesso em 12/10/12.

O papel dos profissionais voluntários nesse programa é de auxiliar os conselhos na execução da fiscalização dos recursos destinados à merenda escolar. É importante destacar que o voluntário não será um fiscal, pois esta é a função que cabe ao próprio CAE, mas sim um consultor detentor de conhecimentos a serem compartilhados, possibilitando que a fiscalização seja eficaz. Os participantes dos conselhos são pessoas comuns e, na maioria das vezes, sem o conhecimento sobre controle e análise de relatórios financeiros, motivo pelo qual o contabilista é o profissional indicado para tal função. O PVCC, através de cartilha sobre o projeto gestão eficiente da merenda escolar (2010), sugere cinco maneiras de o voluntário apoiar o CAE escolhido, quais sejam:

- Transferir conhecimento e fornecer apoio técnico ao trabalho do CAE;
- Promover capacitação para os conselheiros de alimentação escolar;
- Integrar o CAE;

- Estimular o CAE a divulgar suas ações;
- Denunciar irregularidades graves;

Muitos conhecimentos dos contabilistas são utilizados diretamente na execução do trabalho dos CAEs. O voluntário poderá transferir habilidades como análise de extratos, conferências de notas fiscais, registros financeiros, controles de estoques, compras e licitações, por exemplo. Essas atividades poderão ser objeto de treinamento específico com o apoio das prefeituras e dos Conselhos Regionais de Contabilidade. A sugestão de o contador voluntário passar a integrar o CAE é uma oportunidade observada neste projeto institucional. Os integrantes dos conselhos são renovados a cada dois anos, através de eleição, conforme critérios estabelecidos no regimento interno de cada conselho. Por conseguinte, nesse período o contador interessado poderá propor a sua candidatura.

Os principais desafios na execução do projeto de voluntariado nos CAEs coincidem com os desafios dos próprios conselhos, tais como a dificuldade de acesso às informações, falta de apoio da gestão local e, muitas vezes, a impossibilidade de passar conhecimentos pela falta de preparo técnico dos conselheiros.

6.2 ASSISTÊNCIA A ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E DESENVOLVIMENTO DE PRINCÍPIOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E TRANSPARÊNCIA PARA ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Este projeto institucional está dividido em três eixos de ação: transparência e prestação de contas de organizações da sociedade civil, gestão de convênios de pastorais e apoio à gestão de organizações assistenciais.

O contexto econômico atual é composto por três setores distintos, o primeiro, o segundo e o terceiro. A nomenclatura dos setores “é utilizada no âmbito de uma tipologia organizacional que classifica as organizações em três setores, segundo características que lhes são inerentes” (CRUZ, 2010, p.19). O primeiro setor é representado pelo Estado e o segundo pelas empresas privadas, com fins lucrativos. O terceiro setor não é o Estado tampouco o mercado privado com fins lucrativos, é, portanto, uma terceira via com características ora de entidade privada, ora do próprio Estado, porém com objetivos preponderantemente sociais.

Na visão de Neto e Froes (2005, p.4) o terceiro setor é assim constituído:

Para atuar nesta nova ordem social, surgem outras instituições sociais: entidades filantrópicas, entidades de direitos civis, movimentos sociais, ONGs, organizações sociais, agências de desenvolvimento social, órgãos autônomos da administração pública descentralizada, fundações e institutos sociais das empresas. Tais entidades, juntamente com o estado e a sociedade civil, constituem o que denominamos de Terceiro Setor.

O Terceiro Setor apresenta um crescimento acentuado a partir do fim do regime militar brasileiro em 1985, com a crescente participação da sociedade civil em questões ligadas à cidadania. Este setor têm movimentado expressivas quantidades de recursos financeiros no Brasil, o que tem motivado diversas organizações, como é o caso do CFC, a propor medidas de auxílio à prestação de contas e a busca por novos financiamentos. O espaço coberto pelo setor tem sido fundamental para suprir deficiências na execução de políticas públicas, o que torna imprescindível o controle patrimonial e a gestão eficiente das organizações.

A natureza jurídica das entidades do terceiro setor está definida no Código Civil, Lei n.º 10.406 de 2002. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos poderão assumir uma das seguintes formas: associações, fundações, organizações religiosas, entre outras.

Segundo Dias (2012, p. 107) “estas organizações têm tido um papel determinante, por serem as que primeiro reagiram e colocaram a questão sobre as consequências que estava tendo o modelo neoliberal”. Elas tem tido um papel determinante na execução de políticas públicas e assumindo espaços vagos pelo poder público. Dessa maneira, a responsabilidade social é uma característica intrínseca à própria função principal das entidades do terceiro setor.

Conforme o Guia de Orientação para o profissional da contabilidade atuante no terceiro setor (CRCRS, 2011) o profissional que atue nessa área, seja como voluntário ou funcionário, deve executar suas atividades tal como em uma empresa privada com fins lucrativos. O voluntariado, na hipótese de prestação de serviços contábeis, caracteriza-se por ser uma forma de atuação altruísta e nobre que deve ser prestada com o mesmo zelo e responsabilidade que se aplica aos demais clientes.

6.2.1 Transparência e prestação de contas de Organizações da Sociedade Civil

Visa desenvolver, validar e implementar metodologia de gestão, contabilidade, transparência e prestação de contas para Organizações da Sociedade Civil. O caderno de Procedimentos Aplicáveis à Prestação de Contas das Entidades do Terceiro Setor (Fundações) da Fundação Brasileira de Contabilidade – FBC em parceria com a Associação Nacional de Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social - PROFIS expõe as principais utilidades da contabilidade para as entidades do terceiro setor.

As práticas contábeis aplicáveis às entidades do terceiro setor envolvem, principalmente, a mensuração e reconhecimento das doações, o tratamento contratual do trabalhador voluntário, as imunidades e isenções tributárias recebidas pelas entidades de interesse social, bem como o reconhecimento da receita e convênios e a contrapartida de convênios, além da publicidade das ações desenvolvidas, bem como dos demonstrativos obrigatórios. O estudo de Cássia Cruz (2010) sugere que a ausência de transparência pode afetar as doações destinadas a esse tipo de entidade, o que demonstra a relevância da contribuição da contabilidade para a manutenção e saúde financeira dessas entidades.

O reconhecimento das doações, conforme o caderno de procedimento da FBC (2011, p. 36), “deve ser precedido de procedimentos de identificação e mensuração”. Ela deve considerar o valor que deveria ser desembolsado para adquirir o objeto da doação. Caso o valor do item não seja identificado pelo doador, ele deve ser pesquisado com base nos valores cobrados pelo mercado. A titulação da conta deverá compor o elenco de contas utilizado pela entidade. Um exemplo de doação, conforme tabela 2, de itens alimentícios, é o reconhecimento simultâneo de receita e despesa.

TABELA 2 – Reconhecimento contábil simultâneo da despesa e da receita.

Data	Título da conta	Débito	Crédito	Histórico
02/06/2011	Despesa suprimento alimentação	950,00		Doação de alimentos
02/06/2011	Receita de doação		950,00	Doação de alimentos
	Valor total das doações	950,00	950,00	

Fonte: caderno de Procedimentos Aplicáveis à Prestação de Contas das Entidades do Terceiro Setor (Fundações) da Fundação Brasileira de Contabilidade – FBC

Por sua vez, o trabalho voluntário, item indispensável ao propósito do PVCC e relevante para as entidades do terceiro setor, executado por pessoas imbuídas do sentimento de responsabilidade social, também recebe tratamento especial. Por não receber remuneração,

este voluntário deve submeter-se a algumas formalidades para a regularização jurídica do seu trabalho. O voluntário deve assinar uma espécie de contrato de trabalho onde ficará registrado o tipo de atividades que serão por ele desenvolvidas, bem como a concordância que não haverá contrapartida da entidade pelos serviços executados, por isso, sem remuneração. Para a FBC (2011) “por serem as entidades de interesse civil entidades juridicamente organizadas [...] os recursos recebidos devem ser formalizados como em qualquer outra entidade jurídica”. Assim, os recursos recebidos devem ter suas fontes identificadas. O trabalho voluntário poderá ser utilizado para custeio ou para investimento. A Fundação Brasileira de Contabilidade (2011, p. 38) observava que “a soma desses esforços, material de construção e trabalho voluntário resulta na edificação de unidade imobiliária que é incorporada ao patrimônio da entidade”.

Como custeio o trabalho será elaborado em atividades ligadas às funções corriqueiras da entidade, como o trabalho do contador voluntário por exemplo. Já como investimento, o tratamento será dado quando o serviço for agregado ao patrimônio da entidade. Por exemplo, o serviço prestado na construção da sede administrativa da organização pode ser considerado como investimento. Nesse caso, o registro contábil será conforme a tabela 3.

TABELA 3: Reconhecimento contábil do investimento produzido por doação e trabalho voluntário

Data	Título da conta	Débito	Crédito	Histórico
30072011	Construção em andamento	6100,00		Material de construção
30072011	Receita de Doação		6100,00	Material de construção
30072011	Construção em andamento	9500,00		Trabalho voluntário

Fonte: caderno de Procedimentos Aplicáveis à Prestação de Contas das Entidades do Terceiro Setor (Fundações) da Fundação Brasileira de Contabilidade – FBC

6.2.2 Gestão de convênios de pastorais e apoio à gestão de organizações assistenciais

Objetiva atuar principalmente em Dioceses (setores) e em Paróquias (ramos), orientando os procedimentos contábeis e de prestação de contas de convênios com patrocinadores governamentais. Assim como as demais entidades do terceiro setor, as pastorais necessitam de auxílio à execução de atividades burocráticas que envolvam contratos e prestação de contas de convênios.

O apoio à gestão de organizações assistenciais objetiva orientar organizações da sociedade civil que tenham por objeto a assistência social, visando a melhoria da gestão financeira, contábil e patrimonial dessas entidades.

6.3 MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA DOAÇÕES AO FUNCRIANÇA

O projeto objetiva sensibilizar e capacitar os profissionais da contabilidade para obter adesão daqueles que têm imposto de renda devido em suas declarações, a doarem ao programa de incentivos fiscais que regulam o FUNCRIANÇA, lei 8069 de 1990, art. 10 da IN RFB 1.246, de 03/02/2012. O procedimento em 2012 foi, nos termos da Instrução Normativa 1246 da Receita Federal do Brasil, artigo n.º 10:

Art. 10. A pessoa física pode optar pela dedução na Declaração de Ajuste Anual, apresentada no prazo de que trata o caput do art. 5º, das doações, em espécie, aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais e municipais, devidamente comprovadas, efetuadas entre 1º de janeiro e 30 de abril de 2012, desde que limitadas a 3% (três por cento) do imposto devido, observado o limite global de 6% (seis por cento) do imposto devido para as deduções de incentivo, inclusive aquela relativa aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente

Esse projeto pode ser considerado como o mais perene entre todos os projetos institucionais do programa (PVCC) visto que o motivador principal das doações é o contador que presta serviço às pessoas físicas e jurídicas individualmente, através da declaração anual de ajuste do imposto de renda. Os profissionais que trabalhem diretamente com a elaboração do imposto de renda devem apresentar a possibilidade da dedução das doações aos clientes, pois muitos desconhecem tal procedimento e, muitas vezes, não a fazem pela falta de conhecimento do assunto.

Conforme anexo 3, esse projeto tem sido desenvolvido em muitos estados da federação com o auxílio dos Conselhos Regionais de Contabilidade.

6.4 REDE NACIONAL DE CIDADANIA FISCAL

O CFC agrega ao Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC) a Rede Nacional de Cidadania Fiscal, em parceria com o Instituto de Cidadania Fiscal (ICF) e o Instituto Social Íris, que já vêm atuando no Controle Social da Administração Pública. O CFC também adere aos programas em andamento em diversos municípios brasileiros, utilizando a

capilaridade do Sistema CFC/CRCs, para fomentar novas frentes de atuação, visando disseminar a metodologia empregada por ambas.

O conceito de cidadania está relacionado ao direito dos cidadãos participarem ativamente nos aspectos políticos e sociais. A cidadania fiscal é exercida na formulação das políticas públicas, no acompanhamento da execução dos orçamentos e na fiscalização do emprego dos recursos públicos.

A oportunidade central desse projeto é conscientizar e aprimorar a relação participativa do cidadão e do Estado, através do conhecimento das obrigações e deveres de ambos em relação aos tributos.

6.5 AÇÕES LOCALIZADAS DE VOLUNTARIADO E AÇÕES DESENVOLVIDAS NAS REGIÕES DO PAÍS

Visa coordenar, organizar e mensurar todas as ações de voluntariado localizadas não abrangidas pelos outros projetos. Dependendo da amplitude, abrangência e relevância poderão vir a constituírem-se em projetos institucionais específicos.

As ações desenvolvidas foram apresentadas no 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade, ocorrido em agosto de 2012 na cidade de Belém, no estado do Pará. Na ocasião a coordenadora nacional do programa apresentou as principais atividades desenvolvidas nos estados da federação. O quadro do anexo 3 apresenta os dados apresentados.

7 NÍVEL DE ADESÃO DA CLASSE CONTÁBIL NO PROGRAMA

O número de contabilistas participantes do PVCC vem aumentando todos os anos. Através dos congressos, seminários e encontros realizados pela classe, o comitê gestor do PVCC, em parceria com os Conselhos Regionais de Contabilidade, tem disseminado o programa cujo principal objetivo é sensibilizar os contabilistas sobre a importância das ações de voluntariado para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Com base nos

números da tabela do anexo A e B (anexos), é possível tecer algumas considerações a respeito da evolução do programa.

O número de participantes tem aumentado significativamente desde a criação do PVCC. Conforme anexo B, no primeiro ano de apuração, 2009, o programa contava com 740 profissionais cadastrados como participantes do voluntariado organizado da classe. Esse número saltou para 1.709 em 2010, o que representou um aumento de 231% em relação ao ano anterior. Passando para 2.232 em 2011 e para 3.139 em agosto de 2012, o que significou aumentos de 130.6% e 140.64%, respectivamente. Da análise dos presentes índices, é possível concluir que a classe tem recebido bem o programa e que as estratégias do Comitê Gestor para captação de colaboradores tem obtido sucesso na adesão de novos participantes.

O número de profissionais cadastrados, distribuídos por estado e região do Brasil, está demonstrado na tabela do anexo A. A partir da análise dos índices, observa-se que 3.139 profissionais, entre contadores e técnicos ativos cadastrados, são participantes do PVCC. Esse número representa 0,65% do total de profissionais habilitados para o exercício da profissão. Entre as cinco regiões do país, a região Norte destaca-se como sendo a que possui o maior percentual relativo de participantes, atingindo 1,90% de voluntários. O menor índice de adesão foi verificado na região Sudeste com apenas 0,37%, embora esta seja a região com maior número absoluto de participantes com 929 colaboradores devido à elevada concentração populacional.

Na análise individual dos estados, destacam-se o Mato Grosso do Sul com 1,26%, o Piauí com 2,15%, Roraima com 6,87% de adesão, sendo este o estado da federação com maior percentual relativo de participantes. O Espírito Santo e o Rio de Janeiro estão empatados com 0,50% cada e o Rio Grande do Sul apresenta 0,84% de índice de adesão.

A maior adesão das regiões Norte e Nordeste pode ser, em parte, interpretada em função do entendimento da classe contábil que essas regiões possuem maior carência na solução de problemas sociais. Também o fato de que essas regiões apresentaram índices de desenvolvimento expressivos nos últimos anos pode ter influenciado no envolvimento dos profissionais com ações de desenvolvimento local.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A iniciativa de criar um programa de voluntariado específico para a classe foi uma iniciativa de vanguarda em relação às demais classes profissionais do país. Por si só, demonstra a sintonia da classe contábil com as mazelas de uma sociedade em pleno processo de desenvolvimento que, no entanto, sem a solução dos graves problemas que a aflige, não conseguirá desenvolver-se de modo sustentável. Como agentes ativos da transformação social, os contabilistas engajaram-se no voluntariado através, principalmente, da utilização dos conhecimentos técnicos que possuem. Apesar da aparente incompatibilidade entre as atividades laborais e o voluntariado, o presente trabalho demonstrou que é possível contribuir de modo significativo e abnegado na execução do trabalho voluntário do contador.

As principais oportunidades observadas foram o desenvolvimento de boas práticas relacionadas à transparência de entidades do terceiro setor, onde os contadores podem aplicar amplamente seus conhecimentos na execução de tarefas multifacetadas que essas entidades exigem. Além de desenvolver-se como profissional, o voluntário contribuí para atuação desse crescente setor que preenche espaços importantes da sociedade. Os desafios enfrentados pelo programa são a manutenção de parcerias com outras entidades ligadas aos projetos e a contínua adesão de novos voluntários.

Os contabilistas tornam-se, assim, cada vez mais, protagonistas das profundas mudanças recentes na sociedade brasileira. Valores como ética e cidadania, tão presentes no dia a dia dos contadores, passam a ter novo sentido na rotina da classe contábil. Conhecimentos teóricos como lançamentos, legislação, normas e procedimentos geralmente aceitos, possuem igual relevância na atuação voluntária desses profissionais. O controle social que deve ser exercido por todos, encontra no PVCC um sustentáculo sem o qual seria muito mais difícil de atingir o objetivo de transparência e controle necessários para o bom funcionamento da administração dos bens públicos.

A adesão dos profissionais ao PVCC corrobora para provar que o programa terá vida longa e participação significativa na atuação voluntária através do movimento social organizado. A partir da apresentação dos projetos institucionais ficou claro que é possível e desejável que a classe contábil engaje-se e participe ativamente de outros projetos relevantes para toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em 11/11/2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento a alimentação escolar e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>. Acesso em 17 ago. 2012.

BUGARIM, Maria C. Cavalcante. *et al.* **Gestão Pública Responsável: uma abordagem do sistema CFC/CRCs**. Curitiba: Juruá, 2011.

BUSINESS SOCIAL RESPONSIBILITY (BSR). Social Responsibility. S.I. Disponível em: <http://www.bsc.org>. Acessado em 21 mai. 2012.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Terceiro Setor: guia de orientação para o profissional de contabilidade**. Porto Alegre: CRCRS, 2011.

CRUZ, Cássia V. O. Alves. **A relevância da informação contábil para investidores sociais privados de entidades do terceiro setor no Brasil: uma investigação empírica**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DIAS, Reinaldo. **Responsabilidade Social: fundamentos e gestão**. São Paulo: Atlas, 2012.

FORTES, José Carlos. **Manual do Contabilista : uma abordagem teórico-prática da profissão contábil**. São Paulo: Saraiva, 2005.

FILHO, Cláudio Pinheiro Machado. **Responsabilidade Social e governança: o debate e as implicações**. São Paulo : Thomson, 2006.

FRANCO, Hilário. **A Contabilidade na Era da Globalização**. São Paulo: Atlas, 1999.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Tradução de Luciana Carli. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. **Caderno de Procedimentos Aplicáveis à Prestação de Contas das Entidades do terceiro Setor**. Brasília: FBC, 2011.

FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. **Orçamento Familiar e o Controle Social: instrumentos de organização da sociedade**. Brasília: FBC, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

ISO – International Organization for Standardization. **Guidance on social responsibility: draft international standard ISO/DIS 26000**. Genebra: OSO/TMB/WG SR N172, 2009. Disponível em: <http://www.qsp.org.br/pdf/ISO_DIS_26000.pdf> acesso em: 4 nov. 2012.

NETO, F.P.M.; FROES, César. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial: a administração do terceiro setor**.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Instrução Normativa RFB n.º1.246, de 3 de fevereiro de 2012. Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda referente ao exercício de 2012, ano-calendário de 2011, pela pessoa física residente no Brasil. Disponível em: <www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2012/in12462012.htm>. Acesso em: 12 out 2012.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

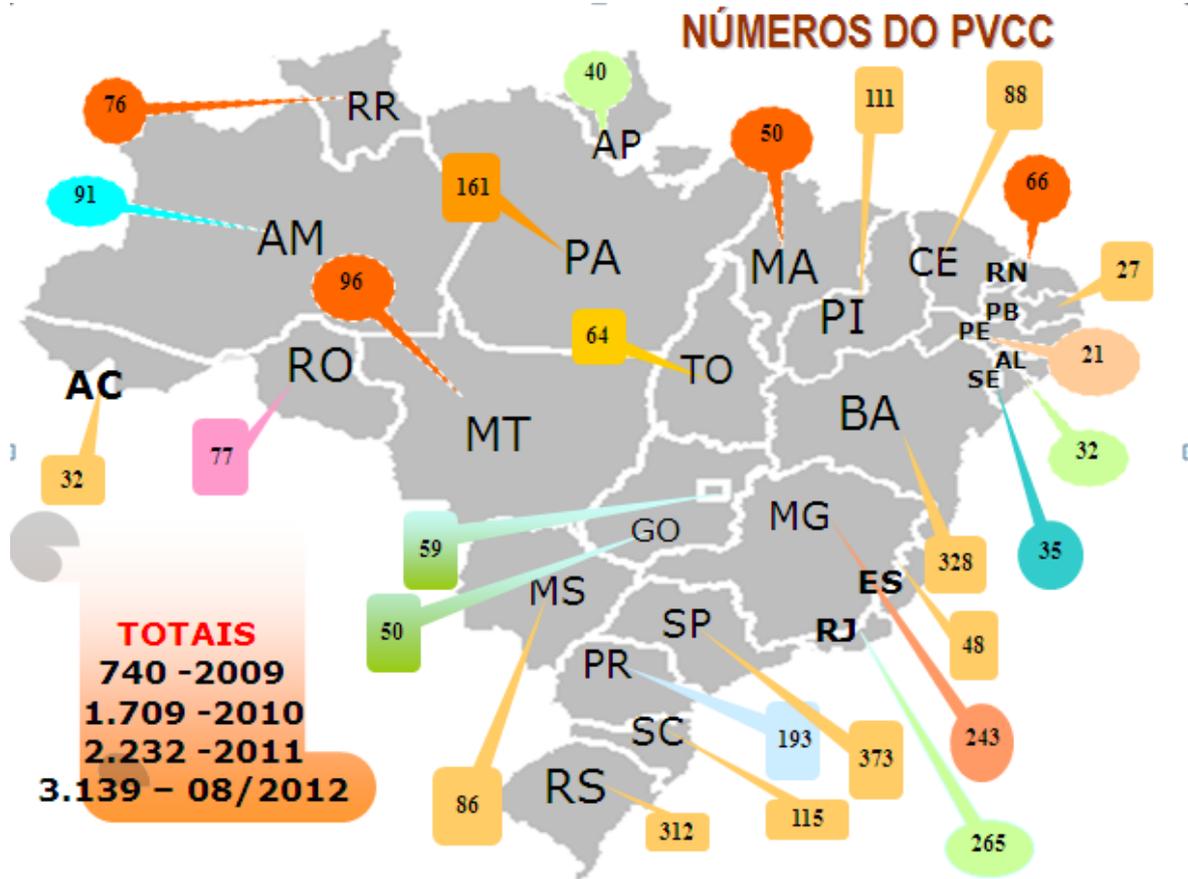
VELLANI, Luiz Cassio. **Contabilidade e Responsabilidade Social**. São Paulo: Atlas, 2011.

ANEXO A – Tabela com o número de contadores e técnicos em contabilidade ativos e relação da quantidade de voluntários cadastrados no PVCC.

Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade						
	Estado	Contabilistas			Voluntários PVCC	
		Contadores	Técnicos	Total	Cadastrados	% adesão
Região: Centro-Oeste						
	DF	9.331	5.433	14.764	59	0,40%
	GO	7.454	4.384	11.838	50	0,42%
	MS	4.096	2.747	6.843	86	1,26%
	MT	7.643	2.338	9.981	96	0,96%
	TOTAL	28.524	14.902	43.426	291	0,67%
Região: Nordeste						
	AL	2.349	1.379	3.728	32	0,86%
	BA	12.940	7.371	20.311	328	1,61%
	CE	7.151	4.765	11.916	88	0,74%
	MA	3.615	2.308	5.923	50	0,84%
	PB	3.846	2.128	5.974	27	0,45%
	PE	6.562	6.436	12.998	21	0,16%
	PI	3.737	1.427	5.164	111	2,15%
	RN	4.320	1.342	5.662	66	1,17%
	SE	2.051	1.439	3.490	35	1,00%
	TOTAL	46.571	28.595	75.166	758	1,01%
Região: Norte						
	AC	822	398	1.220	32	2,62%
	AM	4.137	2.438	6.575	91	1,38%
	AP	928	376	1.304	40	3,07%
	PA	7.644	2.382	10.026	161	1,61%
	RO	3.192	1.414	4.606	77	1,67%
	RR	853	254	1.107	76	6,87%
	TO	2.810	805	3.615	64	1,77%
	TOTAL	20.386	8.067	28.453	541	1,90%
Região: Sudeste						
	ES	6.477	3.076	9.553	48	0,50%
	MG	26.800	26.809	53.609	243	0,45%
	RJ	31.909	21.139	53.048	265	0,50%
	SP	74.269	59.945	134.214	373	0,28%
	TOTAL	139.455	110.969	250.424	929	0,37%
Região: Sul						
	PR	20.599	10.084	30.683	193	0,63%
	RS	21.837	15.194	37.031	312	0,84%
	SC	14.206	5.352	19.558	115	0,59%
	TOTAL	56.642	30.630	87.272	620	0,71%
Região: Total Geral						
	Brasil	291.578	193.163	484.741	3.139	0,65%

Fonte: o autor com base em números do Conselho Federal de Contabilidade e do Programa de Voluntariado da Classe Contábil.

ANEXO B – Mapa com o número de participantes do voluntariado da classe contábil em agosto de 2012



Fonte: apresentação do PVCC no 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade realizado em agosto de 2012 na cidade de Belém, estado do Pará.

ANEXO 3 – PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO PVCC

REGIÕES	AÇÕES
Região: Centro-Oeste	
DF	Arrecadação e distribuição de alimentos; doação de computadores usados do CRC para creches; montagem de vídeo institucional;
GO	Ações para constituição de Observatórios Sociais; CRC e MP c/ mobilização ao Funcriança; capacitação para conselho do Fundeb; capacitação p/ cons. CAEs; contatos com secretaria da Casa Civil de Goiás p/ prestação de contas do terceiro setor;
MT	Celebração de convênio com IES; celebração de convênio c/ BPW - Funcriança;
Região: Nordeste	
BA	Doação de alimentos;
CE	Capacitação sobre doação ao Funcriança; Curso de Educação Fiscal; campanha de doação de sangue; doação de 32 kits de higiene e 1.662 kg de alimentos; projeto crescer - doação de 220kg de alimentos; trabalho c/ o comitê de combate à droga; grupo de estudo sobre aplicação da Lei Rouanet;
PE	Visitas a escolas (merenda escolar)
PI	Capacitação sobre prestação de contas dos CAEs;
RN	Capacitação sobre Funcriança; encontro com o MP e firmado acordo sobre terceiro setor;
Região: Norte	
AC	Divulgação do PVCC nas IES e nos eventos do CRC
AM	Orientação ao Grupo de apoio à criança com câncer (GACC); reunião entre o governo de Amazonas sobre entidades filantrópicas com pendências; mobilização sobre o Funcriança em IES e nas redes sociais; reunião com Ministério Público sobre OS; reunião com o MP sobre ações do DOAR;
AP	Divulgação do PVCC nas IES e nos eventos do CRC
PA	Participação do Seminário de Lei de Acesso à Informação; participação no curso de educação fiscal; doação de pilhas usadas ao SENAC; divulgação do PVCC junto aos assessores do programa de educação fiscal;
RO	Divulgação e reunião sobre PVCC em 6 delegacias; acompanhamento do observatório Social em Rolim de Moura; caminhada ecológica no 2º Seminário dos delegados com plantio de árvore - Bosque dos contabilistas em Cacoal; participação no evento da mulher;
TO	Reunião com o Conselho estadual de Combate às Drogas com assinatura de termo de adesão; Seminários sobre prestação de contas dos CAEs; Mobilização para o Funcriança;

Fonte: autor com dados do PVCC.

ANEXO 3 continuação – PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO PVCC

Região: Sudeste		
	ES	CRC itinerante c/ divulgação do PVCC; trabalho junto a secretaria de Justiça sobre prestação de contas de conselhos de comunidades; assessoria na implantação das associações que irão administrar presídios;
	MG	Trabalho com FIA; cartilha para o terceiro setor (mulher contabilista x PVCC); CRC itinerante com divulgação do PVCC; folder do PVCC; doação de 10.000 latas de leite;
	RJ	Arrecadação de 500kg de alimentos e doação a 22 instituições; assessoria contábil a 8 instituições do terceiro setor; capacitação sobre terceiro setor; ações localizadas de voluntariado em políticas sociais e comunitárias - Morro do Juramento com 50 crianças
Região: Sul		
	PR	Divulgação da campanha do FIA; seminário de transparência na prestação de contas eleitorais; encontro de capacitação de CAEs; projeto Primeiros Passos - divulgação do PVCC e do sietam CFC/CRCs nas IES; trabalhos para constituição de observatório social de Curitiba; contato com o PVCC local;
	RS	Convênio CAGE-CRCRS(merenda escolar); proposição alteração Lei 13.069 - doação Funcriança Estadual; proposição Banco do Estado do RS - Fundos Municipais; Visitas a escolas municipais - Merenda escolar; reunião c/ comissão mista do prêmio de responsabilidade social da Assembleia Legislativa do RS; reunião Instituto Ethos e Observatório Social
	SC	Seminário Transparência e Prestação de Contas Eleitorais; Gestão de Convênios de Pastorais; mobilização social p/ Funcriança; Encontro e capacitação de CAEs; participação em Obervató Social; proj. CRC na escola - orçamento familiar; projeto Balcão do Empreendedor Social CRCSC-SEBRAEE; projeto responsabilidade social - certificação por Balanço Social.

Fonte: autor com dados do PVCC.